

# Tribuna Operária

ANO V — Nº 168 — DE 21 A 27 DE MAIO DE 1984

Cr\$ 300,00

Amigo leitor, este jornal custa Cr\$ 300,00 mas, se você puder, pague Cr\$ 500,00 para ajudar a reconstruir nossa sede destruída pelo terror fascista.



Vibração e entusiasmo no 23º Congresso da entidade máxima dos secundaristas

## Congresso da UBES dá destaque à luta pelas diretas-já

Para os 1.800 delegados secundaristas de todo o país, a campanha deve continuar nas ruas até a vitória. Página 4

## Proposta plenária nacional unificada dos Sindicatos

Proposição da Conclat a CUT objetiva definir formas mais avançadas de atuação sindical em nível diretivo

### EDITORIAL

## A hora é de ação

O governo fala em negociação e entendimento. Mas promove a confusão, visando dividir os oponentes. Na verdade não tem o que negociar. Seu plano é fazer chantagem, ameaçar com o pior, para impor o seu ponto de vista. No fundo a mudança essencial que planeja é fingir que faz concessão ao afastar os atuais candidatos indiretos, e propor o tal quinto nome, guardado até agora no bolso do colete.

Mas o golpe não está fácil. Tanto nas fileiras governistas como nos grupos conciliadores da oposição reina uma disputa acirrada para ficar com a maior fatia do poder. Além disto todos ainda estão impressionados pela gigantesca maré de massas que invadiu as praças nos primeiros meses do ano. E sabem que o povo continua vigilante.

É exatamente o momentâneo refluxo do movimento de massas que dá certo fôlego a tantas manobras e especulações que circulam no cenário nacional.

Muitos falam que a luta política deve ter como eixo central a mobilização popular. Mas esta não é uma questão de retórica apenas. Exige a atividade prática, exige empenho para encontrar formas e caminhos que recoloquem em cena o ator principal, o povo.

Fora da luta contra o regime, com milhões e milhões participando diretamente dos debates e decisões, acompanhando qualquer compromisso que eventualmente se faça necessário, não haverá como sair do impasse em que o Brasil se encontra. Sem a presença dos trabalhadores, sem a análise e aprovação das propostas por estes que são os verdadeiros alicerces do país, a oposição se fragmentará em torno de questões menores, regionais e até pessoais. E o governo, nas negociações de gabinetes, usará a chantagem e a corrupção, para decidir sobre os rumos do país no seu velho estilo arbitrário.

Surgiu a idéia de recomençar a mobilização pelo dia 25 deste mês. Mas ainda se resiste a transformar este plano em realização concreta. Mesmo alguns que se declaram combativos preferem lamentar dificuldades a agir. Esquecem-se que em São Paulo e no Rio, onde se deram os maiores comícios, com mais de um milhão de participantes, só na última hora se conseguiu a adesão oficial e o apoio das máquinas dos governos estaduais.

É possível que, nessa nova fase da luta, a retomada se inicie com manifestações de menor vulto. Não existe nenhuma lei que obrigue a recomençar exatamente da escala do milhão. Mas, uma vez dado o sinal, é certo que as massas ganharão novo impulso para gritar com maior entusiasmo ainda a exigência das diretas-já. Queira-se ou não, esta é a palavra de ordem central, que aponta para a saída mais justa. É nesta fórmula simples e objetiva que se traduz hoje o anseio popular de romper com o regime atual.

Em torno deste conteúdo básico que será possível qualquer entendimento — se isto for conveniente. Transição? Sim, mas que signifique a passagem para um novo regime e não um compromisso para retocar o que aí está, como sugerem muitas propostas de negociação que vêm à tona. Constituinte? Claro, mas convocada por um governo que garanta a liberdade e a manifestação das mais amplas correntes de opinião pública.

Os trabalhadores e todos os democratas conseqüentes não aceitam cambalaches e acertos de bastidores. A grande aspiração nacional é pôr fim ao regime de corrupção, de opressão e de entreguismo. Para garantir esta solução democrática urge que se passe das palavras à ação, trabalhando pela mobilização popular. O dia 25 será um novo ponto de partida. As massas voltarão às ruas.

# Explosão dos bóias-frias contra a fome

O explosivo movimento dos bóias-frias iniciado na terça-feira, já rendeu seu primeiro fruto. Na região de Ribeirão Preto, São Paulo, os canavieiros obrigavam as usinas a voltar atrás no sistema de sete "ruas", que estava os trabalhadores, em especial as mulheres. Em Santa Helena, Goiás, outra greve alcançou a mesma conquista, na manhã de quinta-feira.

Porém a greve prosseguiu

em Guariba, Monte Alto, Barrinha, e entre os apanhadores de laranja de Barretos e Bebedouro. Em Jaticabal o tesoureiro do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Lázaro de Souza, 70 anos, trabalhador desde os 12, advertia: "Os usineiros vão ter que abrir mão porque senão os trabalhadores estão prometendo que eles vão por fogo em todos os canaviais". Alguns incêndios já se alastraram.

Em Guariba, onde a luta estourou e um supermercado foi tomado de assalto por bóias-frias famintos e indignados, a Polícia Militar agiu com selvageria. Assassinou um trabalhador com um tiro na cabeça, terça-feira, e ocupou a cidade por vários dias. Os acontecimentos que assinalam o despertar dessa importante categoria para a luta de classe estão na pag. 8.



## Haroldo Lima rechaça a negociação do governo

Vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados defende a linha do PC do B e demonstra que aceitar o que o governo quer é capitulação. página 3

## Ajuda para reconstruir a Tribuna ultrapassa Cr\$ 4 milhões

Mais uma página cheia de manifestações de solidariedade política e material para sanar danos que os incendiários fascistas e a polícia provocaram. Um menino de 8 anos também ajuda. Pág. 7

## Metalúrgicos alemães vão à greve pela semana de 35 horas

Eles são 2,5 milhões e colocam em cheque uma das peças-chave da exploração capitalista: a duração de trabalho que o assalariado deve realizar para o patrão. Leia na pag. 2



Na assembléia, condutores aprovam por unanimidade a paralisação por 85% de reajuste

## Brutalidade da PM na greve dos motoristas

Decretada na quarta-feira, a greve dos motoristas e cobradores de ônibus da capital paulista enfrentou dura repressão policial na madrugada do dia 17. Até as novas horas da manhã mais de 150 trabalhadores foram presos nas garagens das empresas; dezenas foram espancados. A PM utilizou cascotes de madeira e, inclusive, metralhadoras. Nota-se mais uma vez a interferência da Polícia Federal, como o ocorrido em outras manifestações populares, o que demonstra a falta de autonomia do Estado. A ordem do delegado da PM da região oeste, por exemplo, era a de transferir alguns detidos para a sede da PF.

Num balanço parcial ao movimento paradedista constatou-se que cerca de 15 das 28 empresas de ônibus parali-

saram suas atividades. Na CMTC, empresa do governo municipal, a greve atingiu 10% dos funcionários.

O fato de o governo Montoro atuar como desejo do governo federal, usando da violência da PM contra os grevistas, gerou grande revolta. "Mas uma vez o governo estadual usa a PM para ajudar os patrões. Depois reclama que nós erramos o alvo ao criticá-lo", comenta João Alves, diretor do Sindicato dos Condutores. Otávio Leite, preso junto com 30 companheiros na garagem da CMTC na Imperatriz Leopoldina, fez duras críticas. "Eu sou filiado ao PMDB, votei nele nas últimas eleições. O troco que recebo são as cacetadas da PM e humilhações".

Ver matéria na pag. 5.



# Operários alemães lutam pela redução da jornada de trabalho

A Alemanha Federal vive na atualidade uma vigorosa batalha: em sua luta contra a exploração e o desemprego, os operários alemães entraram em greve exigindo a redução da jornada de trabalho de 40 pra 35 horas semanais. Os gráficos e os metalúrgicos estão a frente do movimento. Os patrões recusam-se a atender as exigências dos trabalhadores.



"Sim à greve, 35 horas já", diz a manchete do jornal comunista alemão "Roter Morgen". No 1º de Maio, a faixa "Trabalho para todos".



Na indústria gráfica, o Sindicato liderou dias 26 e 27 de abril greves pelas 35 horas e novas escalas de salários. No início deste mês as greves voltaram a ocorrer, fazendo com que 20 jornais deixassem de circular e outros 25 fossem às bancas com o número de páginas reduzido. A resposta patronal foi violenta: no Estado de Hesse os proprietários do "Offenbach Post" ordenaram que um caminhão investisse contra um grupo de piqueteiros, ferindo dez operários.

**METALÚRGICOS NA LUTA**  
Diante da intransigência patronal, também os metalúrgicos estão entrando na luta. Organizados no IG Metall, o sindicato que congrega os 2,5 milhões de trabalhadores do setor no país, os metalúrgicos começaram as paralisações na semana passada, nas grandes empresas. Para o final da semana estavam programadas negociações com o patronato. Desde a ascensão do primeiro-ministro Helmut Kohl, do Partido Democrata Cristão, é a primeira grande campanha do movimento sindical alemão. Trata-se de

uma retomada de luta, após um certo recuo que se seguiu à vitória da direita nas eleições de 1983.

Já o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, foi celebrado no país sob o signo da luta pelas 35 horas de trabalho semanais. Segundo o jornal "Roter Morgen", do Partido Comunista da Alemanha (Marxista-Leninista), essa luta enfrenta o "problema do desemprego, da sua atenuação; da superexploração da força de trabalho; de ir contra o conjunto do programa de 'austeridade', que os capitalistas exigem e este governo dispõe-se a realizar. Por isso, sim à greve! 35 horas já!"

O presidente do PCA (ML), Horst-Dieter Koch, em palestra realizada para operários de seu país, foi enfático: "os prognósticos mais otimistas dos empresários concluem que o desemprego subirá acima de 3 milhões. Os mais aceitá-

veis chegam a 5 ou 6 milhões e os pessimistas a números ainda mais catastróficos".

## OS CAPITALISTAS ESTÃO BEM

Destruidor a argumentação dos empresários de que não poderiam arcar com os custos da redução de 5 horas na jornada de trabalho, o dirigente comunista alemão declarou: "Em 1980, os lucros dos empresários atingiram 284 bilhões de marcos (cerca de Cr\$ 155 trilhões). O Commerzbank espera para 84 um aumento no rendimento das empresas da ordem de 15%".

Para Koch existem apenas duas alternativas para o movimento operário alemão: "Caso ele vá adiante e fortaleça sua luta, então se lançará, mesmo no terreno econômico, em conflitos cada vez maiores com o poder político do capital. Nesse caso, no decorrer da luta, o movimento operário chegará ao ponto

em que os testes de força, como os que experimentamos (ainda relativamente fracos) na luta pelas 35 horas, terão que se transformar em luta pelo poder.

"Se o movimento operário capitalizar diante da frente unida do capital e da reação, então não poderá sequer defender o que foi conquistado nos últimos anos. Os capitalistas poderão impor tudo aquilo que já exigem: a redução dos salários reais em até 15 ou 20%, a liquidação da estabilidade".

Os comunistas da Alemanha consideram que "o movimento pelas 35 horas, depois de dificuldades iniciais, assumiu uma dinâmica própria. Mais de 800 mil companheiros tomaram parte em greves de advertência." Para eles o caminho da vitória são "as greves nas principais fábricas e ramos da indústria metalúrgica; greves nas principais regiões de cada Estado".

## Leia a revista Princípios

O nº 8 sai na próxima semana neste número.

**O trotsquismo** — corrente política contra-revolucionária: artigo do veterano dirigente comunista João Amazonas criticando, de um ponto de vista marxista-leninista, as teorias falsas de Trotsky e seus seguidores.

**O marxismo** — doutrina sempre jovem e imortal: artigo de um dirigente do Partido do Trabalho da Albânia sobre a atualidade e a força das ideias de Marx.

**O papel social de arte progressista**: informe do eminente pensador e teórico marxista-leninista, Andrei Zhdanov, companheiro de Stalin, no curso de um amplo debate desenvolvido na União Soviética, no imediato pós-guerra, sobre o papel social da arte.

**O freudismo e os "freud-marxistas"**: artigo publicado pela primeira vez em 1921 na União Soviética no qual são criticadas as opiniões daqueles que buscam em vão estabelecer pontos de convergência entre o materialismo filosófico marxista e a doutrina idealista de Freud. E mais:

**Em defesa da liberdade**: discurso histórico de Maurício Grabos contra a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em 1948.

**A atualidade de "Materialismo e Empirio-criticismo"**: artigo de Clival Prière Jr.

**Os quilombos de Salvador**: nota histórica de autoria de Manoel S. Santos Neto.

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda., Rua Adonir Barboza, 53, CEP 01318 — São Paulo, SP.

Enviar cheque nominal no valor de Cr\$ 2.000,00 (por exemplar). A assinatura, que dá direito a receber 4 números, custa Cr\$ 8.000,00.

## Albânia relembra luta antifascista

O povo albanês comemora este ano o 40º aniversário da libertação do país e do triunfo da revolução popular. Um dos momentos decisivos dessa gloriosa epopéia foi a realização do 1º Congresso Antifascista de Libertação Nacional, entre os dias 24 e 28 de maio de 1944, na cidade libertada de Permet.

Naqueles tempestuosos dias, quando uma parte do país ainda estava sob ocupação das hordas hitleristas, em toda a Albânia ardiavam as chamas da Guerra Patriótica. O povo, unido em torno da Frente Antifascista de Libertação Nacional e mobilizado nos destacamentos armados, sob a direção do Partido Comunista Albanês (hoje, Partido do Trabalho), travava luta desigual. Nas áreas ocupadas, os fuzis guerrilheiros dizimavam numerosas divisões do exército alemão, enquanto nas cidades e povoados já libertados preparavam-se a ofensiva final da grande insurreição armada do povo que só cessaria com a completa vitória, em 29 de novembro de 1944.

### ESTADO NASCIDO NA REVOLUÇÃO

Avaliando o estágio alcançado pela luta na Albânia, a correlação de forças favorável às massas, e tendo em conta também o desenrolar dos acontecimentos na fronteira externa, o Comitê Central do PC Albanês julgou maduras as condições para impulsionar o processo revolucionário. A reação interna, por seu lado, articulada com os anglo-americanos, participantes da grande aliança antifascista, tentava preparar o terreno para o retorno ao país do ex-rei Ahmet Zogu, a fim de garantir o poder quando se consumasse a expulsão dos alemães. Colocava-se na ordem do dia, ao lado da continuidade da luta pela completa libertação da Albânia, a questão do poder político. Esta a tarefa estratégica que o Congresso, rea-

lizado na cidade libertada de Permet, foi chamado a cumprir.

Os delegados, eleitos em todas as regiões do país — libertadas ou ainda sob ocupação —, dirigiram-se ao Congresso imbuídos de patriotismo e espírito revolucionário. Aquele grande Assembleia não representava interesses estreitos de grupos ou clãs, mas os anseios do povo insurreto, que se batia por uma pátria livre e soberana.

Por isso, com inabalável decisão revolucionária, proclamaram em alto e bom som que ali se reuniam para "constituir a Nova Albânia democrática e popular, segundo a vontade do povo que hoje se expressa solenemente através do Conselho Antifascista de Libertação Nacional". (Resoluções do Congresso de Permet, in "História do PTA").

Este Conselho foi eleito pelo Congresso como o "maior órgão legislativo e executivo da Albânia livre, como representante da soberania do povo e do Estado albanês" (fonte citada), recebendo assim as atribuições de governo provisório democrático-popular. Neutralizando as tentativas para criar um governo reacionário que reentrinasse Ahmet Zogu, o Congresso proibiu o seu retorno à Albânia e decidiu pelo "não reconhecimento de nenhum outro governo que se criasse dentro ou fora do país contra a vontade do povo albanês" (fonte citada).

O Congresso de Permet emanou outras importantes resoluções, como a de prosseguir a luta pela instauração do poder de democra-

cia popular em toda a Albânia e de romper com todos os acordos lesivos à soberania nacional, assinados nos tempos do governo de Ahmet Zogu. Dessa forma, surgiu no logradouro da luta o Estado de Democracia Popular na Albânia.

### TRANSFORMAÇÕES PROFUNDAS

Este Estado, definitivamente implantado com a completa vitória da revolução seis meses depois, e mais adiante, com a proclamação da República Popular da Albânia pela Assembleia Constituinte em 11 de janeiro de 1946, realizou a reforma agrária radical, tornou o país completamente independente, concretizou a democracia para as amplas massas, democratizou o ensino e a cultura, golpeou a reação interna e fez o país ingressar no período da construção do socialismo. Com o passar dos anos e o avanço da edificação socialista, converteu-se paulatinamente num Estado de Diktadura do Proletariado.



Os participantes do Congresso de Permet, em maio de 1944

## Comunistas são condenados à morte na Turquia

O governo turco condenou, recentemente, sete membros do Partido Comunista Revolucionário da Turquia (TKRP) à morte. O julgamento dos marxistas-leninistas foi realizado por um tribunal militar de Adana, sul do país. Dois comunistas foram condenados à prisão perpétua e outros 7 a penas de 3 a 12 anos de prisão.

Em Istambul está correndo o julgamento de cerca de 300 antifascistas condenados à morte. Em meados de abril, 40 presos políticos tinham sido condenados à pena capital.

## Mineiros grevistas fazem passeata na Grã-Bretanha

Continua a greve dos mineiros na Inglaterra, que há mais de dez semanas paralisa 120 milhões de habitantes. No início da semana passada 15 mil grevistas realizaram uma passeata em Mansfield, no centro carbonífero de Nottinghamshire. A manifestação contou com o apoio de milhares de outras categorias de trabalhadores, que os mineiros da região aderiram à greve. "Nossa luta é a sua luta, mas eles parecem não compreender isso",

disse uma manifestante, a respeito dos fura-greves.

A primeira-ministra Margaret Thatcher afirmou que seu governo "lava as mãos" diante do problema. Mas na verdade ela é diretamente responsável pela greve: os trabalhadores estão lutando contra a decisão do governo de fechar várias minas, acarretando o desemprego de milhares de mineiros.

Enquanto a "Dama de Ferro" faz sua encenação de Poncio Pilatos, os policiais fazem o serviço dos

solidos do antigo império romano: investem com furor contra os revoltosos. Mais de 300 mineiros já foram presos por participarem dos piquetes de greve. Alguns trabalhadores já foram até baleados pelos agentes da repressão.

Os grevistas contam, contudo, com o apoio de seus irmãos de classe: um fundo de apoio à greve está sendo recolhido por diversos sindicatos, nas principais fábricas do país.



**Ajude a**  
**Tribuna Operária**  
Trabalhador. Democrata.  
Responda ao ataque dos fascistas à **Tribuna Operária**.  
Faça uma assinatura do jornal. Se não puder fazer a assinatura de reconstrução, faça uma assinatura simples. Precisamos de apoio político e material.

Desejo receber em casa a **Tribuna Operária**. Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., no valor abaixo assinalado. Rua Adonir Barboza, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Assinatura de Reconstrução: Cr\$ 30 mil

- Anual de apoio (52 edições) Cr\$ 20.000,00
- Anual comum (52 edições) Cr\$ 10.400,00
- Semestral de apoio (26 edições) Cr\$ 9.000,00
- Semestral comum (26 edições) Cr\$ 4.500,00
- Anual no exterior US\$ 70,00

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: ..... Cidade: .....

Estado: ..... CEP: .....

Profissão: ..... Data: .....



# Retomada da mobilização por diretas-já

Seguindo orientação do Comitê Nacional Suprapartidário Pro-Diretas, São Paulo realizará no dia 25 uma "Noite do Barulho" pelas diretas, com manifestações na Praça da Sé. Também em Brasília será realizada a "Noite do Barulho", 25 de maio, convocando para um grande comício a ser realizado dia 1º de junho na capital da República.

O centro das discussões na plenária do Comitê Estadual Pró-Diretas de São Paulo, dia 14, foi a proposta de Dinéias Aguiar, da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil, de se fazer "uma concentração popular, na praça da Sé, para ali fazer o 'barulho' dia 25, e personalidades e representantes de entidades pró-diretas discursarem".

De imediato o presidente do PT em São Paulo, Devanir Ribeiro, colocou obstáculos: "Uma jornada do barulho é mais fácil que uma concentração. Daqui para o dia 25 faltam poucos dias..." Clara Ant, da CUT e filiada ao PT, também viu dificuldades, propôs a realização de um ato em recinto fechado ("no Teatro Municipal ou algum local menor", disse) e ainda falou da necessidade de se preparar a greve geral que, segundo ela, "não é um problema do movimento sindical, mas dos partidos políticos em primeiro lugar".

No entanto o vice-governador Ornestes Queirós apoiou expressamente o ato central: "Acho que deve ser feita a concentração na Sé. O governo federal busca a desmobilização da opinião pública. Se isso é alcançado, fica mais fácil para ele manobrar. Não podemos ficar de braços cruzados. É fundamental que continue a mobilização popular". Representantes de outras entidades, como UPES, UNE, Comitê Pró-Diretas do Centro, Wolfgang Maar (da Andes e da CUT), também posicio-

naram-se favoravelmente à ideia da manifestação dia 25. O representante do Sindicato dos Metalúrgicos, Luis Antônio, foi incisivo: "Só conseguiremos convencer os deputados com o povo nas ruas. Estamos na defensiva em voltar às ruas. Não é contraditório o 'caçarolazzo' e o ato na Sé. É possível".

Tais posicionamentos acabaram por convencer os recalci-trantes da justiça da proposta da concentração. Além dessa decisão, ficou estipulado também que no dia 25, às 10 horas da manhã, quando o boneco de Teotônio Vilela feito pela Associação dos Cartunistas for retirado da Assembléia Legislativa para ser levado a Brasília, haverá uma manifestação no local, seguida de caravana até o aeroporto.

## GRANDE COMÍCIO

Em Brasília o povo ainda não pôde realizar um grande comício, devido à truculência do regime militar que recorreu às medidas de emergência e ao general Newton Cruz para reprimir as manifestações. Assim, o Comitê local resolveu convocar para 1º de junho um grande ato, na torre da TV. No dia 25, a "Noite do Barulho" servirá para convocar o povo para esse comício. Várias atividades já estão sendo realizadas para remobilizar a população, entre as quais dezenas de palestras e debates nas cidades satélites, escolas, universidades e sindicatos. (Carlos Pompe e sucursal de Brasília)



João Amazonas saudado na Câmara de Vereadores de S. José dos Campos

# Amazonas repele negociação em torno das diretas

No dia 10 de maio o veterano dirigente comunista, João Amazonas, proferiu palestra na Tribuna Livre da Câmara Municipal de São José dos Campos (São Paulo). Na oportunidade Amazonas afirmou que "não deve haver negociação em torno das eleições diretas-já", que ele considera o direito mínimo do povo brasileiro. "Quem concede o mínimo fica reduzido a nada", frisou.

O vereador Antônio Celso Escada, do PMDB, saudou em nome da Câmara o palestrista: "João Amazonas, sendo Coordenador Nacional da Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, defende a derrubada da ditadura militar, a demolição de toda a máquina estatal burguesa-monopolista. Defende a conquista da democracia operária e popular. Defende a participação e a representação política do povo nos órgãos de um novo poder. Defende a extinção dos órgãos especiais de informação e repressão política". O vereador destacou que a ação de Amazonas "é vinculada ao povo, com um programa político, acreditando na luta do povo a partir da elevação da consciência dos homens simples, na defesa dos seus direitos e na

preparação do futuro que só se efetivará a partir de sólida base popular".

## "A GRANDE PIADA"

Em sua palestra, intitulada "O Direito do Povo Votar", João Amazonas afirmou que temem as diretas "todos aqueles que podem chegar à coroa presidencial à custa de cambalachos, de compra de votos, e da corrupção desbragada".

O líder comunista frisou ainda que, no entender do governo Figueiredo, a crise está sendo superada e sobe a oferta de empregos. "Esta é que é a grande piada dos dias de hoje. Não, como disse o antigo presidente, de triste memória, general Médici, a respeito das eleições diretas, que é justamente este regime, um regime antipovo e antinacional, que atirou milhões de brasileiros à condição da mendicância".

Na opinião de Amazonas, a solução desta crise está no voto e na volta imediata do movimento de massas. Para ele, o povo precisa voltar às ruas e exigir eleições diretas-já: "Os problemas nacionais são grandes e profundos, e não há outra saída para esta situação, longe de uma mudança desse sistema!". (da sucursal)

# Haroldo reafirma: "Somos contra essa negociação"

A esquerda quer negociar as diretas-já com o governo? O PC do Brasil quer negociar? Num discurso de polêmica e ataque cerrado aos conciliadores abrigados na oposição, pronunciado segunda-feira dia 14, o deputado federal Haroldo Lima (PMDB-BA) responde estas indagações e prega "uma nova e ainda mais forte mobilização popular em defesa das diretas-já".

A primeira fase da grande campanha nacional pelas Diretas-Já, que se encerrou em 25 de abril, registrou vitórias memoráveis do movimento popular e democrático brasileiro. O grande anseio de mudar uma situação que já perdura há 20 anos, esmagada por sofrimentos decretados, liberdades golpeadas e patriotismo ultrajado, conduziu às maiores manifestações populares e políticas jamais vistas na história do Brasil.

No momento em que é necessário encaminhar corretamente a segunda fase dessa grande campanha pelas diretas-já é pertinente extrair algumas lições importantes que surgiram nesse primeiro momento da campanha. Antes do desencadear das mobilizações de rua pelas diretas-já, as hostes governamentais estavam unidas na ideia de que o Colégio Eleitoral funcionaria a contento. As fileiras oposicionistas não estavam unidas na ideia das diretas-já. Propostas alternativas eram abertamente ventiladas, como as de buscar uma candidatura de consenso no Colégio Eleitoral ou de se prorrogar o mandato do general Figueiredo. Os grandes comícios já começavam a se fazer e a cobertura da grande imprensa era discreta, salvo o exemplo meritório da "Folha de São Paulo".

A principal rede de televisão, a "Globo", não deu qualquer notícia sobre o comício em Curitiba, abrindo a campanha e o maior comício já realizado naquela cidade, nem fez qualquer menção à única e verdadeira razão do primeiro grande comício em São Paulo, o que reuniu 400 mil pessoas na Praça da Sé para reivindicar as diretas-já. Contudo com a desenvoltura, iniciativa e firmeza do presidente Ulysses Guimarães, os comícios pelas diretas-já começaram a se suceder e a crescerem de importância. E a lição maior que temos a tirar desses acontecimentos é a de que o fator decisivo que levou as oposições a se unificarem em torno das diretas-já e que atraiu inestimável apoio da grande imprensa e de todos os mais expressivos setores sociais foi o povo na rua expondo-se como personagem política decisiva, estabelecendo a sua vontade. O apelo a métodos fascistas de governo, como as medidas de emergência autocraticamente definidas e estupidamente executadas sob o rebenque do general Newton Cruz, e as ameaças e chantagens feitas a membros descontentes do PDS, tudo isso fez com que as diretas-já não tenham conseguido os 2/3 dos votos necessários para a sua aprovação pela Câmara, apesar de ter obtido uma flagrante maioria de 298 votos. Um grupo de 55 deputados do PDS se afirmou como setor independente, e cresceu preferendo a nação, preferindo, na hora grave, corresponder à expectativa do povo do que ficar com a subserviência à orientação governamental.

Após a derrota parlamentar da emenda Dante de Oliveira e tendo havido a apresentação de uma emenda governamental começou uma segunda fase da luta pelas diretas-já. O governo tomou logo a iniciativa de acenar com a sua emenda

de negociação. Somos contra a negociação para a qual o governo tenta atrair a oposição. Em defesa da ideia da negociação recorre-se, às vezes, ao exemplo dos guerrilheiros vietnamitas que negociavam com os americanos enquanto a guerra continuava nas terras de sua pátria. Sim. Os vietnamitas queriam expulsar os invasores americanos de suas terras. E, sem suspender a luta nos campos de batalha, negociavam os mecanismos pelos quais todos os americanos deveriam deixar a pátria vietnamita. A negociação não era igual à capitulação. Como não seria capitulação os discursos com que o governo se apresenta em circunstâncias que facilitassem a viabilização das diretas-já.

Contudo, depois de 20 anos de ditadura militar, de obscurantismo, de desorganização e de desmobilização popular, aquela gigantesca personagem da História — o povo nas ruas — quando se ausenta das praças não fica substituído automaticamente por suficientes e eficientes canais de



O deputado da Bahia propõe "uma mobilização ainda maior"



"Retorno do povo às ruas será o fator de unificação"

representação. O povo fora das ruas deixa um vazio que propicia a confusão de ideias, a hesitação, a vacilação. E esse início da segunda fase da campanha assistiu, com a ausência das mobilizações populares, ao ressurgimento de certos sinais que estiveram presentes de forma mais ou menos patida quando do início da campanha. As oposições não estão de novo unificadas em torno das diretas-já. Proliferam diferentes propostas de negociação e ao meio delas a capitulação vai embutida.

As pressões se multiplicam especialmente sobre o presidente Ulysses Guimarães por causa da sua tenacidade em manter alta a bandeira das diretas-já. Setores governamentais procuram até mesmo usar o nome do governador Tancredo Neves para semear confusão e desesperança nos meios da oposição. E a partir do relatório de efetivo espírito conciliador do Partido Comunista Brasileiro, que por isso mesmo ganha espaço sobre na grande imprensa, espalha-se com a ideia de que a esquerda quer negociar e difundem-se absurdas notícias de que até mesmo o Partido Comunista do Brasil também teria aderido à tese da negociação. Inclusive um "racha" nas fileiras dessa organização, o calar dos meios políticos, um documento, intitulado "Mobilização popular e democracia para vencer as forças reacionárias". O documento considera inaceitáveis as propostas do general Figueiredo, critica a negociação em curso, rechaça a proposta de um governo de quatro anos unido pelo desmoralizado e espúrio Colégio Eleitoral e reafirma suas conhecidas posições em defesa da mobilização popular, luta pelo fim do regime militar, pelas diretas-já e por uma Constituinte em 1986. No documento o PC do Brasil admite a possibilidade de que, dos debates políticos, possa surgir um governo de transição, mas que seja realmente um governo de ruptura com o regime militar e não um governo de compromisso com esse regime. Para que esse eventual governo de transição, de curta duração, tenha essa característica de

ruptura é vital ser eleito pelo povo, através de eleições livres e diretas. Só assim poderá estabelecer um clima de amplas liberdades políticas, de liquidação dos casuísticos e leis arbitrárias, de convocação da Constituinte e de um plano de emergência para atender aos problemas cruciantes do país e do povo. Os que aderiram o sentido dessa posição o fazem ou por desinformação ou por má fé, com a nítida intenção de semear a confusão e a discórdia nas hostes oposicionistas mais aguerridas.

Todas essas opiniões diferentes e desencontradas de informações refletem a complexidade do problema e a existência de diferentes tendências nas oposições. Todavia elas proliferam quando não têm um forte fator de unificação presente. E este fator será, sem dúvida, o retorno do povo às ruas, tal qual se deu na fase anterior da luta.

Na nova situação em que o grupo Pró-Diretas do PDS, com o apoio das oposições, apresentou um substitutivo à emenda do governo, reconvocando a questão das diretas-já na ordem do dia, aprimorou-se a tática de luta das oposições. Agora, já não cabe defender apenas as diretas-já, nem mesmo dizer somente que elas são inegociáveis. Se a defesa das diretas-já for feita de maneira formal, o substitutivo inevitavelmente irá à votação e fatalmente será derrotado. Seria uma falsa defesa das diretas-já. A verdadeira defesa dessa bandeira está à disposição de mobilizar as massas para conquistá-la. Mobilizar para as diretas-já é a orientação que melhor se coaduna com as necessidades das oposições. E, se bem que a linha de negociação ganhou certa força, de uns dias para cá a linha da mobilização está crescendo.

Entem, aqui mesmo em Brasília, na proletária cidade-satélite de Ceilândia, mais de 5 mil pessoas participaram de um comício pelas diretas-já e pela representação política para o Distrito Federal. Em data a ser marcada ainda hoje, Brasília fará o seu grande comício pelas diretas-já, que não pôde fazer na véspera da votação da emenda Dante por causa do arbítrio e da violência das medidas de emergência. Pequenas, médias e grandes manifestações ocorrerão nos mais diversos Estados. O triângulo São Paulo-Rio-Minas Gerais far-se-á presente neste momento decisivo, realizando grandes manifestações que devem igualar ou até mesmo superar as manifestações do começo do ano. É fundamental para que isso ocorra, que os governadores oposicionistas desses Estados integrem-se de corpo e alma nessa segunda fase da campanha, ajudan-

do a mobilizar o povo para as ruas, por contatos diretos, manifestações, grandes greves poderão ocorrer. Para o próximo dia 22 já está marcada uma greve nacional de 60 a 70 mil funcionários e professores das universidades federais brasileiras. Ainda este fim de semana, na reunião do Conselho da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras — Conclat — realizada em Recife, ficou decidido que essa articulação sindical entrará em contato com a Central Única dos Trabalhadores — CUT — para convocarem em conjunto uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais, nos próximos dias 2 e 3 de junho, onde será debatida a possibilidade de uma greve geral pelas diretas-já. Além disso, o Conselho da Conclat aprovou um documento conclamando todos os trabalhadores a prosseguirem lutas para conquistar as eleições diretas imediatamente.

"Não há como aguentar mais um governo biônico"

Quer dizer, começam a surgir as condições objetivas para uma nova e ainda mais forte mobilização popular em defesa das eleições diretas ainda este ano. A tese que agora deve-se abandonar as mobilizações populares e partir-se para uma negociação de cúpula, de bastidores, à margem do povo é inaceitável e incorreta. O Colégio Eleitoral, espúrio e ilegítimo, está condenado pela maioria da nação. Terá o seu fim e será enterrado quando da aprovação das diretas-já. A questão decisiva que se coloca no momento é a de mobilizar o povo para se conquistar a vitória.

Na ordem do dia está posta a necessidade imperiosa de renovar o povo já deixado claro que não aguenta mais outro governo biônico. Não aguenta mais a manutenção do regime militar que há 20 anos enferma a nação. E, portanto, para proceder a essa mudança exigida pelo povo, para elevar a verdadeira democracia, de cubano popular e democrático, são necessárias alterações fundamentais na vida do país. Até um eventual governo de transição necessário à indispensável força que só a eleição popular dá para, além de fazer avançar a democracia no país, tomar medidas contra o FMI, em defesa da soberania nacional em angangãos, em favor do povo há tanto vilipendiado por salários confiscados e direitos desrespeitados.

Para que isso ocorra, que os governadores oposicionistas desses Estados integrem-se de corpo e alma nessa segunda fase da campanha, ajudan-



# “Diretas-Já” vitoriosa na UBES

Os secundaristas brasileiros encerraram seu 23º Congresso, em Osasco, elegendo a chapa *Diretas-Já*, composta pela maior parte das correntes de opinião que atuam no movimento estudantil. O Congresso mobilizou cerca de 1.800 delegados vindos de todos os Estados do país, desde o Acre até o Rio Grande do Sul, e refletiu as posições da maioria dos presentes.

A chapa vencedora, *Diretas-Já*, expressou bem o estado de espírito da esmagadora maioria dos delegados, que se pronunciaram “contra qualquer forma de negociação para a sucessão que comprometa as diretas-já”. Por isso decidiram continuar participando de todas as mobilizações em prol das diretas, inclusive apoiando uma greve geral dos trabalhadores, caso ela seja decidida unitariamente pelo movimento sindical, CUT e Conclat.

Outra decisão no que se refere à questão nacional foi o apoio a uma Constituinte livre e soberana, precedida do fim do regime militar. Ao final dessa discussão, a plenária apoiou por unanimidade uma moção de repúdio aos atentados sofridos pelo jornal *Tribuna Operária* e pela Anistia Internacional, bem como contra a invasão do jornal “Hora do Povo”. O Congresso também se pronunciou a favor da legalização de todas as correntes de pensamento e pelo fim da LSN.



Os delegados elegeram Delcímar para presidente da UBES



**Viração** destacou-se como a maior bancada, tendo dobrado os seus efetivos desde o último congresso. A diretoria eleita, encabeçada por esta tendência, refletiu a unidade conquistada pela maioria dos segmentos do movimento se-

**MAIS VERBAS**  
Quanto às questões educacionais, os secundaristas pronunciaram-se contra a cobrança de qualquer espécie de taxa nas escolas públicas, por maior democracia nas escolas, pela participação dos estudantes nos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, pela imediata legalização e reconhecimento das entidades estudantis, pela redução dos aumentos nas escolas pagas; pela eleição dos diretores das escolas com participação de alunos, professores e funcionários, pela autonomia dos centros cívicos e pela concessão de 12% do orçamento nacional para a Educação.

Embora não houvesse tempo para discussão das questões internacionais na plenária, alguns pontos foram aprovados por consenso em todos os grupos, como: apoio à autodeterminação dos povos; solidariedade aos povos da Nicarágua, El Salvador e América Central; apoio à luta dos povos latino-americanos contra as ditaduras militares, com destaque para Chile, Uruguai, e Bolívia; e apoio ao povo palestino.

**RESPOSTA AO REGIME**  
Segundo o presidente eleito, Delcímar Pires, “os estudantes se mobilizaram no sentido de dar uma resposta à política educacional do regime. O que vimos no ano passado foi a re-

construção de dezenas de entidades. Os estudantes passaram a mobilizar-se por escola, discutindo diretamente os problemas que enfrentam, como o baixo nível de ensino.

“O Congresso — prosseguiu Delcímar — teve uma particularidade importante. Todas as correntes de opinião participaram de forma ampla e aberta do debate de todas as questões. Isso mostrou que havia um interesse maior, que unia a todos, por mais verbas para a Educação, democracia nas escolas e *Diretas-Já*.”

O Congresso de Osasco evidenciou o crescimento do movimento secundarista. Embora reconstruída há apenas três anos, a UBES já conseguiu realizar três congressos e, desta vez, reunindo estudantes de todo o país. Não por acaso o movimento está sendo disputado por todas as correntes políticas, inclusive setores da direita.

Nesta disputa surgiram alguns problemas. A tendência ligada ao jornal “O Trabalho”, por exemplo, boicou o evento a pretexto de que não havia condições materiais para realizá-lo. Já a bancada ligada ao “Alicerce”, mesmo reconhecendo que havia perdido a votação quanto à forma da eleição da diretoria (em urnas ou no congresso), exigiu a contagem dos votos, arastando o andamento do Congresso. E elementos infiltrados na ban-

## Osasco hospedou o Congresso

Ao contrário do que ocorreu no ano passado, o 23º Congresso da UBES teve uma excelente infra-estrutura. O prefeito de Osasco, Humberto Parro, e sua assessoria desdobraram-se para abrigar os secundaristas e garantir a realização do evento.

Conforme declarou Parro, “o direito de reunião e organização é uma das liberdades democráticas fundamentais, e a juventude secundarista tem todo o direito de se reunir em seu Congresso e prosseguir na reorganização de sua entidade nacional. A uma administração como a nossa cabe respeitar esse direito e ajudar para que tenha condições materiais de ser exercido.

“Por outro lado — prosseguiu — nenhuma democracia verdadeira será construída em nosso país sem a participação organizada dos jovens e, portanto, sem o fortalecimento de entidades estudantis unitárias e representativas. Por esses motivos, a Prefeitura, os trabalhadores e os democratas de Osasco sentem-se orgulhosos de ajudar a UBES a realizar o seu Congresso”.



O prefeito de Osasco

cada ligada ao jornal “Hora do Povo” resolveram também criar confusão jogando alimentos, vidros e pedaços de pau na bancada do “Alicerce”. Apesar destes problemas, a tônica do Congresso foi a unidade e a combatividade do movimento secundarista. (Olivia Rangel).



Luisa Moraes, na Livraria Pagu

## Lançado livro sobre emancipação das mulheres

Na quarta-feira, dia 16, Luisa Moraes autografou na livraria Pagu, no Teatro Ruth Escobar, o livro “Em Defesa dos Direitos e da Emancipação da Mulher”. Trata-se da intervenção da autora em reunião de marxistas-leninistas defensores da legalidade do Partido Comunista do Brasil.

O livro foi lançado pela Editora Anita Garibaldi, em colaboração com a Livraria Pagu e a União de Mulheres de São Paulo. Cláudia de Castro, proprietária da Pagu e autora teatral, afirmou que é importante “divulgar a obra da mulher”.

A presidente da União de Mulheres de São Paulo, Maria Amélia Teles, afirmou que “a obra defende aspectos da luta da mulher que a UMSP também defende, como a união da luta específica das massas femininas com a luta geral de todo o povo por liberdade; pela incorporação de milhões de mulheres nesta batalha, um problema que deve ser resolvido a nível nacional, pela conquista de um mundo novo”.

A assessora da deputada Ruth Escobar, Iná Machado de Oliveira, disse que estava ali em nome da deputada e porque também apoia toda mulher que luta para alargar os horizontes das massas femininas. Ainda estiveram presentes representantes do Conselho da Condição Feminina, do Movimento Negro do PMDB e do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

## DOPS de Minas impede enterro dos indiretistas

Na tarde do último dia 14, no centro de Belo Horizonte, o DOPS arrancou, com violência das mãos de 4 mulheres um caixão simbólico que seria usado no “enterro” dos 13 deputados mineiros que votaram contra as diretas-já. O ato havia sido convocado pelos movimentos de mulheres para preparar o dia 25, Dia Nacional de Luta pelas Diretas-Já. Vestidas de preto, as mulheres prendiam também carregar no cortejo o troféu da conciliação nacional, uma enorme urna amarela, que nem chegou a ser retirada do carro devido ao cerco policial. Até uma coroa de flores que havia escapado do caixão e sido pendurada no portão do parque foi arrancada com violência pelo delegado Odilon, ao som de uma estrepitosa vaia das mulheres e dos populares presentes.

Jo Moraes, coordenadora do Movimento Popular da Mulher e uma das organizadoras do ato, considerou inaceitável a ação da polícia. “Estamos aqui — disse — reafirmando nosso desejo de continuar lutando pelas diretas-já. O elemento perturbador de todos esses acontecimentos tem sido a ação violenta da polícia”.

No dia 15 ocorreu em Fortaleza, no Ceará, um ato pelas diretas com a participação majoritária de mulheres. A manifestação começou às 9 h da manhã e se prolongou até as 21 h, com show e danças, além de discursos. Mais de 3 mil pessoas participaram, além dos passantes, causando grande impacto na população.

## Golbery e Médici querem a volta do fascismo

Médici e Golbery falam à imprensa. O fato em si já seria de admirar. Mas além disso posam de inocentes. Golbery fala em respeito às regras do jogo e chama de “trapaça” as pressões que existiriam dentro do próprio sistema contra seu candidato, Paulo Maluf. Médici diz que não acredita em entendimentos, porque “os oposicionistas são intransigentes”.

E bem o retrato do regime. Dois carrascos desmoralizados, um trapaceiro profissional e o outro torturador incorrigível, é a reserva que ainda resta ao arrogante sistema montado pelo golpe de 1964. Os dois não têm nada a dizer. Seu papel é apenas confundir, jogar lama, e criar um clima propício à ofensiva da direita mais empedernida.

O general Médici sai em campo para defender o ato 5, para justificar a tortura e a censura à imprensa. De quebra ainda trata de embelezar a construção da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói, fontes inesgotáveis de corrupção e de enriquecimento ilícito. O general Golbery aproveita a oportunidade para acusar o povo de tolo, sempre manipulado pelas cúpulas. Com isto, tenta bombardear a campanha pelas diretas-já.

O fato de os dois esboçarem “críticas” aos atuais governantes é secundário. Eles não saíram da tumba por conta própria. Esta cena deprimente no fundo se realiza em comum acordo com o regime. As próprias entrevistas significam uma trapaça forjada para servir ao poder vigente.



Viração dobrou sua bancada desde o último Congresso

# Nova tática dos banqueiros para a dívida

A súbita alta das taxas internacionais de juros desencadeou grande movimentação de credores e devedores. Os próprios banqueiros, sentindo a chegada de novo imposto, articulam alternativas para não perderem sua galinha de ovos de ouro. Paul Volcker, principal autoridade monetária norte-americana, propõe uma “capitalização dos juros”.

Essa palavra pomposa, “capitalização”, apenas quer dizer que uma parte dos juros não será paga agora mas acrescentada ao valor total da dívida a ser paga mais tarde. Se fosse aplicada integralmente no Brasil, nossa dívida, depois de um curto alívio, subiria em dois anos mais de 60 bilhões de dólares, ultrapassando os 160 bilhões. E com taxas ainda mais altas (exigidas pelos banqueiros para mais essa etapa). O pior é que nesse período as amortizações que foram “renegociadas” recentemente, acabariam tendo peso dobrado.

No centro da crise atual estão as taxas e o pagamento dos juros. São o fator que mantém o círculo vicioso: juros mais altos causam dívidas maiores para pagar juros, que por sua vez dão em juros maiores, apertando o torniquete. Em menos de dois meses os juros pularam 1,5%. Mas o que representa esse número? Parece uma porcentagem tão pequena em comparação com as altas taxas de juros vigentes no Brasil (acima de 300%).

Precisamos lembrar que o mercado financeiro mundial funciona na base do dólar. Portanto as taxas de juros devem ser comparadas com a inflação norte-americana. Muitos “economistas” de má fé dizem que os 12,5% atuais

são menores do que as taxas de até 21% vigentes em 1980. Eles omitem que a inflação nos Estados Unidos em 1980 estava em torno de 11%. Descontando (21 — 11 = 10) a inflação, a taxa real de juros em 1980 chegava a 10%. Hoje a inflação norte-americana está muito menor, em torno de 3% (primeiro trimestre de 1984); e a taxa de juros nominal está em 12,5%, o que dá uma taxa de juros real de 9,5%. Estamos com taxas de juros reais no mesmo nível das loucuras de 1980. Com uma terrível agravante: os países dependentes vivem a maior crise de sua história e as taxas adicionais que são obrigados a pagar (spreads) também subiram assustadoramente, ficando em média acima de 2%. Inventaram até uma taxa única, chamada comissão de renegociação (que aumenta os juros em mais 1%). Apesar de os devedores viverem à beira da destruturação econômica e social, pagam as mais altas taxas de juros da história recente.

Os países dependentes são as galinhas de ovos de ouro dos banqueiros internacionais. Veja o Brasil, por exemplo: caiu na arapuca da dívida externa, tendo sua situação agravada a partir do fim de 1979. Desde essa data foram aprovadas a dominação e a



dependência do país ao capital financeiro internacional. Figueiredo passou a aplicar literalmente a política do FMI, ainda não de forma oficial — o que aconteceria dois anos depois.

Nesse período a tática foi a “rolagem da dívida”. Delcímar já de banco em banco, de país em país, de chapéu na mão, aceitando qualquer taxa de juros, fazendo dívidas para pagar mais dívidas. Não deu certo, estourou o montante da dívida e o governo, declarando-se impotente, entregou a administração do país ao FMI.

A partir daí, os banqueiros alteraram sua tática, passaram à fase da “renegociação da dívida”. Permittiram que o

país não pagasse as amortizações da dívida, desde que pagasse os juros e aceitasse um violento plano de recessão e arrocho, voltado para as exportações. Esta fase agora está se esgotando, o país já não consegue pagar juros tão elevados.

Nesses quatro anos, os banqueiros conseguiram destruir uma parte da economia brasileira e tentam arrebatar qualquer traço de soberania. Para os brasileiros, o resultado foi desastroso: uma recessão rigorosa, a dívida, que era de 50 bilhões, já ultrapassou 100 bilhões de dólares. O pagamento dos juros, que em 1979 absorveu 5 bilhões de dólares,

deve absorver em 1984 a astronômica quantia de 12 bilhões.

Os banqueiros têm mudado de tática: “rolagem da dívida”, “renegociação das amortizações” e agora a “capitalização dos juros”, contudo mantêm firme a sua estratégia de ampliar e prolongar a dominação sobre nosso país, mantendo-nos no círculo de ferro da dívida. A prática já demonstrou que todas as soluções propostas e aplicadas pelos banqueiros só aumentam a dívida. A única saída é a suspensão unilateral e imediata dos pagamentos da dívida externa. Depois a gente conversa. (Luiz Gonzaga)



**Greve nacional de professores universitários**

No último dia 15 de maio 35 mil professores das Universidades Federais autárquicas entraram em greve por tempo indeterminado. O movimento atingiu simultaneamente 18 universidades em vários Estados.

A greve foi decidida numa reunião nacional realizada nos dias 5 e 6 de maio, em Belo Horizonte, com a participação de representantes de 21 entidades de docentes. Os professores estão exigindo: reposição salarial de 64,8% a partir de janeiro de 1984; reajuste semestral igual ao INPC a partir de julho e garantido por lei; piso salarial de três salários mínimos; e verbas para o pleno funcionamento das escolas. Os professores decidiram fazer uma greve de ocupação. Estão desenvolvendo atividades culturais e políticas durante o movimento.

Os salários baixos e a falta de verbas são apontados pelos professores como formas de destruição do ensino público. Na Bahia, durante a assembleia que decidiu a paralisação, João Augusto, da Associação dos Professores Universitários da Bahia, fez importante denúncia. Pelos cálculos do orçamento de 1980 e utilizando índices de inflação da FGV, a verba da UFBA, (Universidade Federal da Bahia) para este ano deveria ser de 120 bilhões, apenas para funcionar. No entanto o Ministério da Educação só ofereceu até agora 25 bilhões. (das sucursais)

**Professores param as aulas em Goiás**

Em Goiás, 10 mil professores da rede municipal (de Goiânia) e estadual estão em greve. Eles consideram "uma farsa" o aumento proposto pelo governador do Estado, Irls Resende (PMDB), que foi calculado com base no salário-mínimo anterior e não no atual, de Cr\$ 97.176,00. Os mestres exigem também mais verbas para a Educação, valorização do magistério, respeito ao Estatuto da categoria, eleições diretas-já, de diretor de escola e de presidente da República, entre outras reivindicações.

"Apesar de sua importância, a Educação é apenas um bico para quem leciona, pois não dá para sobreviver só com o que se ganha neste trabalho", desabafa uma das professoras. A direção do Centro dos Professores de Goiás reclama do governo uma postura "democrática e humana", ressaltando que "a greve não significa para os professores um rompimento da negociação". "O diálogo continua", afirma o CPG, sendo que a greve é o protesto contra a protelação e o descaço.

Para o Sindicato dos Professores, "o grande responsável por esta situação de crise é o regime militar e as administrações anteriores, incapazes e corruptas". Mas alerta que não admite "que o governo do PMDB não cumpra seu programa e passe a utilizar-se dos mesmos argumentos e práticas do PDS, veementemente repudiados pelo povo goiano nas urnas". O movimento vem recebendo apoio da sociedade. (da sucursal)

**Assembleia**

O Centro de Cultura Operária de São Paulo realiza Assembleia Geral Extraordinária no dia 27 de maio, às 14 horas, em sua sede à rua Maria José, 326, Bela Vista, capital. A pauta da assembleia consta de: 1) Dentrear cargos vagos da diretoria, de vice-presidente e tesoureiro, respectivamente; 2) Tratar do aumento das anuidades dos sócios; 3) Discutir e lançar uma campanha de novos associados. "O CCO conta com a presença de todos os seus associados nesta Assembleia Extraordinária", afirma o presidente da entidade, José Duarte.



Cláudio tacima elogia combatividade da categoria, expressa na assembleia

**A demonstração de força e coesão dos metroviários**

Os 4.800 metroviários de São Paulo demonstraram mais uma vez que formam uma das categorias melhor organizadas do movimento sindical brasileiro. Na assembleia decisiva da campanha salarial, no dia 15, era visível que os funcionários tinham todas as condições de paralisar o Metrô, que transporta mais de 1,3 milhão de pessoas por dia. Mais de 2 mil metroviários estavam presentes, na maior assembleia já realizada.

Outra prova de coesão e combatividade havia sido dada na semana passada, dia 9. Obteve sucesso absoluto o protesto dos funcionários contra a intransigência da empresa: os metroviários não-operacionais paralisaram suas atividades por uma hora; os operacionais trabalharam sem uniforme; e os altofalantes do Metrô foram usados para divulgar o movimento e pedir solidariedade da população.

**EMPRESA RECUA**

A empresa sentiu a disposição dos funcionários e, meia hora antes do início da assembleia, recuou. "Ela, que no início da campanha salarial queria cortar conquistas dos anos anteriores, teve que pedir água", comenta Cláudio Spicciatti, presidente do Sindicato dos Metroviários. A categoria pediu 175,64% de reajuste sobre o salário de junho passado; o Metrô concedeu 172,3% para os que ganham até três salários-mínimos. Em média todos os funcionários da empresa receberam entre 5 e 12% a

mais do que o estipulado pelo decreto 2.065, quebrando na prática a lei de arrocho do governo militar. O Metrô também se comprometeu a não realizar nenhuma dispensa nos próximos 12 meses.

O acordo foi aceito pela maioria dos presentes, apesar de alguns ainda falarem em greve para conquistas as seis horas diárias para os operacionais e oito para os funcionários da manutenção — reivindicações recusadas pela empresa. "Mas, se fôssemos à greve, poderíamos por tudo a perder. Sentimos na negociação que a empresa chegou ao seu limite, que não saía mais leite desta vaca", comenta José Carlos, diretor do Sindicato.

Demonstrando consciência política, a ira dos metroviários foi reservada para o governo federal, principalmente para o ministro Murilo Macedo. Na semana anterior ele havia ameaçado intervir novamente na entidade da classe. Num moção, aprovada por unanimidade e muitos aplausos, ficou deliberado que "o ministro, cuja obra tem sido acumular o maior número de intervenções em Sindicatos, é considerado *persona non grata* pela nossa categoria".

Como avalia Cláudio Spicciatti, "a maior vitória desta campanha salarial é que aumentou o nosso nível de organização e mobilização, acumulamos ainda mais força. Isto vai se refletir na maior participação do Sindicato. Apesar de já termos um alto índice de sindicalização (85% da categoria é associada), vamos melhorá-lo". (Altamiro Borges)



Já no dia 8 os motoristas fizeram passeata preparando a greve

**Motoristas de São Paulo em greve por reajuste de 85%**

Cerca de sete mil motoristas e cobradores de São Paulo decidiram, em assembleia realizada no último dia 16, ir à greve para enfrentar a intransigência dos patrões. Segundo Miguel de Carvalho, diretor do Sindicato, "na última reunião os patrões chegaram a igualar a proposta da CMTC, de 3,5% acima do INPC." Mas esta proposta havia sido rejeitada pelos trabalhadores na assembleia do dia 9. Por isto, durante o dia 16, os motoristas já circularam com os faróis dos ônibus acesos, sinal do estado de greve.

A assembleia que decretou a greve, por unanimidade, refletiu a grande disposição de luta da categoria. Cartazes, palavras de ordem "85% ou greve já". Nenhum orador defendeu o acordo com os patrões. E os mais aplaudidos foram os que criticaram o regime militar. Ao ser decidida a greve, os sete mil participantes da reunião gritaram: "Vai parar, vai parar", jogando para o alto malas, blusas e bonés.

Imediatamente saíram comissões por regiões, para mobilizar as garagens mais importantes. As empresas mais mobilizadas são a Tusa,

da Zona Oeste, Bola Branca e São Luis, da zona Sul.

Nos discursos, os oradores martelavam também outras reivindicações: fim da "dupla pegada" e do "carro direto"; equiparação das empresas particulares com a CMTC. Além do ataque cerrado ao governo federal e ao FMI.

Alguns trabalhadores disseram que a intransigência dos patrões tem também um motivo sujo. É a tentativa de pressionar o governo municipal para conseguir um aumento maior das passagens — isto é, jogar os interesses dos motoristas contra os interesses da população.

O deputado Benedito Cintra esteve na assembleia e colocou a solidariedade dos parlamentares à luta da categoria. Em declaração à Tribuna Operária, ele disse esperar "que o governo estadual não se queira do movimento grevista e que trate este embate entre empregados e patrões como um assunto da Secretaria de Transportes, e não da polícia". O deputado informou ainda que, a partir da meia-noite, estará montado um plantão na Assembleia Legislativa para articular o apoio aos trabalhadores.

**Conclat propõe plenária unitária para greve geral**

O Conselho Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), reunido em Recife em 11 de maio, tomou importante decisão no sentido de impulsionar a luta pela conquista das Eleições Diretas-Já. Deixando de lado a cisão do movimento sindical, o Conclat decidiu propor a realização de uma plenária unitária das entidades sindicais para discutir o prosseguimento da campanha e a convocação de uma greve geral.

Conforme resolução do encontro, que contou com a presença de 35 entidades, o Conclat propõe: "A realização nos dias 2 e 3 de junho de uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais, convocada unitariamente por todas as articulações existentes no movimento sindical e pelas Condições de Trabalho (...). A Plenária deverá ser precedida de ampla discussão nas bases sindicais e nas intersindicais sobre todas as formas de luta a serem adotadas, aprofundando-se, inclusive, na proposta de uma paralisação nacional pelas Diretas-Já". Por último o Conclat

conclama "o conjunto do movimento sindical a participar da Plenária Nacional, que contribuirá para fortalecer a unidade de ação dos trabalhadores".

**QUEBRAR RESISTÊNCIAS**

A resolução de Recife representa importante avanço no movimento sindical, que devido a sua divisão tem sido inexpressiva participação na campanha pelas diretas. Ela quebra resistências à unificação sindical existentes no interior do Conclat e da CUT, que recentemente convocaram duas plenárias distintas para discutir o prosseguimento da luta pelas diretas. Nesta semana uma comissão de membros do Conclat procurará a CUT para discutir a Plenária e os critérios de participação.

Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi um dos que defendeu em Recife a plenária unitária. Para ele "nenhuma das duas articulações isoladas tem condições de mobilizar os trabalhadores, muito menos fazer uma greve ge-



Jamil: "condenar exclusivismo"

ral. A CUT já se precipitou marcando duas greves gerais e teve de desmarcá-las. Ao mesmo tempo, se o Conclat pudesse sozinho uma paralisação nacional, dificilmente atingiria seu objetivo. Como temos pontos comuns a serem alcançados, é possível e preciso a unidade na luta".

Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo, também esteve em Recife e considera "extraordinária" a resolução do encontro. "Na primeira etapa da campanha das diretas notamos uma intervenção pequena e desorganizada do movimento sindical, fruto principalmente de sua divisão. Agora poderemos corrigir este erro, preparando inclusive uma greve nacional, que seguramente é uma das armas mais poderosas dos trabalhadores na luta pela democracia, pelas diretas-já".



Joaquim: "unidade na luta"

**Golpe sujo da Chapa 2 dos Metalúrgicos de SP**

Com a aproximação das eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nos dias 2, 3, 4 e 5 de julho, alguns setores ditos de oposição começaram a se desmascarar. No final de abril, a Chapa 2, que se autrotulava "combativa", tentou impugnar 11 membros da chapa Unidade na Luta, utilizando-se de uma portaria fascista do Ministério do Trabalho.

A investida covarde visava a prejudicar alguns dos membros mais destacados da Chapa 1. Só que o pedido de impugnação não possuía nenhuma fundamentação. Assinado por Salvador Pires, membro da Chapa 2, o pedido gerou grandes divergências nas hostes da própria chapa. Uma semana depois, ela mesma pe-

diu a anulação do processo jurídico.

**"METODO JOÃO LINS"**

"Não se ganha eleição utilizando-se dos mesmos métodos do pelego João Lins, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano que, tendo o julgamento da categoria, pediu anulação da chapa concorrente e ainda usou de violências contra os adversários", comenta Luís Antônio, candidato a vice-presidente pela chapa Unidade na Luta. Para ele, o pedido de impugnação é contraditório "para uma chapa que vive dizendo que é contra a estrutura sindical, contra o atrelamento do Sindicato ao Ministério do Trabalho. Na prática, eles mostraram que são a favor destas medidas arbitrárias, desde que sirvam

aos seus interesses mesquinhos. No fundo, temem o julgamento da categoria e se agam a uma portaria fascista do Ministério. Quem dizer se os candidatos são representativos ou não é a classe. Não é o Ministério que representa os patrões e o governo."

João Carlos Gonçalves, o conhecido Juruna, membro da Unidade na Luta, também estranhou a iniciativa da Chapa 2: "Eles usaram um instrumento que é contra a ação sindical, contra os trabalhadores. Este sim é um método de pelego, que tem a disputa eleitoral democrática." Segundo Juruna, o fato de a própria Chapa 2 anular seu pedido de impugnação "mostra a insegurança desta chapa, que hoje diz uma coisa e amanhã faz outra".

**Lição de unidade na greve de Taubaté**

Uma lição de unidade e firmeza foi dada pelos operários da Mecânica Pesada (MEP) em Taubaté. Por dois dias ocuparam a fábrica contra a demissão de 251 companheiros. Foram parcialmente vitoriosos. As demissões diminuíram. As vantagens para os demitidos foram melhoradas.

Na terça-feira, dia 8 de maio, os 1.686 trabalhadores pararam as máquinas. Não aceitaremos demissões! diziam todos. Ninguém caiu na argumentação dos patrões de que deveriam baixar a cabeça diante da crise que a fábrica atravessa. Crise que os operários não provocaram, que é principalmente fruto da sede desbragada de lucro do capitalismo.

A noite, os operários se deitaram sobre as mesas de trabalho, sobre as grandes chapas, na grama, em qualquer canto, enrolados nos cobertores que as famílias trouxeram. Estavam alegres e firmes.

Enquanto isto os patrões, assustados, não se conformavam com o "sofrimento" de serem obrigados a dormir nas salas acarpentadas, com ar condicionado e sofás confortáveis. Mas nos portões os operários estavam vigilantes: "Ninguém entra, ninguém sai", era a ordem rigorosa.

Durante o segundo dia, os



As famílias vieram de longe para dar apoio aos grevistas

patrões trataram de dividir e pressionar os grevistas. Reuniram isoladamente os setores da usinagem, ponto chave da produção, tentando jogar operários contra operários. Eles exploravam uma falha do Sindicato, que permitiu aos quatro diretores da fábrica irem para a negociação, deixando os trabalhadores sem comando.

João Batista, diretor do Sindicato, percebeu a situação, fureou o bloqueio da segurança da fábrica e entrou sem ser reconhecido — ele é operário da Volks. Logo reuniu os operários, fez assembleias e deu nova força aos movimentos. Depois de algum tempo

— a negociação durou 12 horas — o gerente-geral descobriu João Batista e tratou de expulsá-lo da fábrica. O combativo dirigente sindical gritou alto: "Eu fui eleito pela categoria e não pela MEP, posso entrar onde for preciso!"

Já entrando no o terceiro dia de greve, às 2:30 horas da madrugada, tocou o apito convocando nova assembleia, que iria terminar só às 5 horas. Foi feito um acordo. A greve foi parcialmente vitoriosa. Os operários estavam cansados, mas com mais consciência de classe. Viram mais uma vez que diante do capital só a unidade e a luta dos que trabalham pode vencer.





## CIB assassina um lavrador em Marabá

No município de Marabá, Km 30 da Rodovia PA-70, foi assassinado a tiros, no dia 25 de abril, o lavrador Francisco Machão da Silva. A vítima era ocupante, juntamente com mulher e três filhos, de 10 alqueires de terra, numa gleba denominada Motor Queimado, no Rio Vermelho.

Segundo declarações da viúva, Agripina Paula Ferreira, 300 famílias que ocupam a área, são

constantemente ameaçadas por pistoleiros contratados pela empresa CIB, que pretende tomar a terra dos posseiros. Até o mês de abril, esses pistoleiros já haviam assassinado duas pessoas, provocando pânico entre os moradores locais.

Além dos pistoleiros da CIB, o grileiro de nome Paulo, também é suspeito de ter assassinado Francisco, pois constantemente ameaça os posseiros.

Assistida pelo Sindicato Rural de Marabá, dona Agripina, deu queixa à Delegacia Municipal de Polícia de Marabá, que está investigando o caso, tendo à frente o Delegado Seabra.

Apesar de mais esse homicídio os posseiros continuam na área, sabendo que abandoná-la não resolverá o problema.

(amigo da TO em Marabá-Para)

## Com o apoio do Sindicato posseiro conquista direito

Dia 2 de maio o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha e recém-eleito pela Chapa 1, nas eleições da Festa em um delegado votante na Contag, Vicente Paul dos Santos, e o trabalhador rural José da Costa Pereira foram presos pela Polícia Militar em Capelinha.

O trabalhador José Costa Pereira tinha contrato de parceria com o fazendeiro Joaquim Frões há 25 anos na comunidade Beira do Itamarandiba. No ano passado, o fazendeiro implicou em tirá-lo da terra, entrando com uma ação de despejo na Justiça e no dia 27 de outubro do ano passado foi obrigado a assinar um acordo com o fazendeiro perante o Juiz de Direito, em que concordaria em aceitar a avaliação do perito que o juiz nomeasse e teria 6 meses para sair da terra. Só que o fazendeiro com-

prou o perito e este deu o irrisório valor de Cr\$ 50.000,00 em toda a plantação de cana, mandioca, milho, feijão e frutas. Junto com o Sindicato, José tomou a decisão de não sair da terra por aquela indenização.

No dia 2 de maio foi marcado pelo Juiz de Direito o despejo. Sabendo disso, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais se dirigiu para o local, quando logo após chegou o oficial de Justiça Joaquim Ferreira e quatro policiais, o fazendeiro e um carro da prefeitura com três funcionários para ajudar o despejo. (A prefeitura de Capelinha é do PMDB.) O prefeito Domingos Pimenta Figueiredo, que na campanha eleitoral se comprometera a respeitar os trabalhadores e sua organização, agora coloca a prefeitura para ajudar os

fazendeiros a expulsar trabalhadores. Diziam aos gritos que estavam ali para despejar. Então o presidente do Sindicato disse que ninguém ia ser despejado daquele jeito. O oficial ameaçou com a polícia caso ele não saísse. Como ele não saiu, foi preso juntamente com o trabalhador rural, sendo ambos levados para a delegacia onde ficaram presos 4 horas. Depois foram levados ao Fórum perante o promotor de Justiça. Explicaram por que não iriam sair da terra. Depois de muita briga foi desfeito o acordo dos Cr\$ 50.000,00 e o fazendeiro passou a pagar Cr\$ 800.000,00 pelas plantações do trabalhador rural. Além disso, foi retirada a ordem de despejo. (Vicente Paul dos Santos — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha — Minas Gerais)

## Sindicato de Xique-Xique tem diretoria combativa

No último dia 21 de abril, a cidade Xique-Xique, que fica às margens do rio São Francisco, na Bahia, viveu intensa expectativa. Nesse dia, realizaram-se as eleições que definiram a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. Segundo populares, o movimento na cidade foi a maior que as eleições de novembro de 1982 para governador, prefeito, deputados etc.

Dois chapas concorreram ao pleito. A Chapa 1, formada por lavradores e apoiada por populares e grupos democráticos, e a

Chapa 2, composta de agricultores, mas financiada e manobrada pela Prefeitura e pelo PDS (Partido do Desespero Social), além de conhecidos grileiros e grandes fazendeiros da região.

A resposta aos poderosos não tardou: de um total de 969 votos, a Chapa 1 (lavradores) conseguiu 656, contra 278 da Chapa 2. Portanto, uma diferença de 378 votos a favor dos pequenos agricultores.

Dessa vez, a velha política utilizada pelos grandes no Nordeste não funcionou. Milhões de cruzeiros foram gastos no senti-

do de comprar o voto: só faltaram prometer o céu aos agricultores, dos quais muitos sofreram pressões de diversos tipos. Um lavrador que pediu desligamento da Chapa 2 teve uma de suas filhas despedidas da função de professora municipal. Jaqueiros não faltaram para ameaçar os eleitores durante a votação e outras formas de pressão que o povo está acostumado a sofrer. Mais uma vez os camponeses e trabalhadores rurais mostraram de dinheiro não compra consciência. (Amigo da TO em Xique-Xique - Bahia)

## Prefeito de Uberlândia é impedido de ir a Brasília

Em primeiro lugar quero deixar aqui meu apoio a vocês neste momento em que a **Tribuna Operária** sofre mais um atentado fascista. Essa é mais uma manifestação dos últimos suspiros de um regime que está com seus dias contados, condenado à morte pelo povo.

O prefeito, Zaire Resende, de Uberlândia que tem feito uma administração democrática e voltada para os interesses popula-

res, inclusive com a participação das associações de bairro e sindicatos nas decisões do município, foi impedido de seguir viagem a Brasília por uma patrulha fortemente armada. O objetivo da viagem era o acompanhamento da votação da emenda das diretas-já.

Zaire disse que o governo Federal montou uma imensa encenação de forças agredindo as liberdades e os direitos mais ele-

mentares do cidadão, com a finalidade de impedir a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Disse também que todo esse esquema representa um retrocesso na caminhada para a democracia; bem como cria uma crise aritmética de consequências ainda imprevisíveis. Terminou dizendo que é necessário que o governo e as oposições respeitem as mais legítimas aspirações do povo, (colaborador da TO em Uberlândia, Minas Gerais)



fala o POVO

Neste número as cartas vindas do campo ocuparam um grande espaço em nossa seção. Denúncias dos mais diversos tipos de arbitrariedades, inclusive o assassinato em Marabá, do lavrador Francisco Machão da Silva. O sul do Pará, inclusive, é uma das principais regiões de conflito de terra no Brasil. Apesar da violência e dos homicídios, os posseiros continuam em suas terras "sabendo que abandoná-las não resolverá o problema", como diz a carta.

A pesar das dificuldades, algumas vitórias importantes são conquistadas. É o caso do lavrador José da Costa Pereira que, graças ao apoio de seu Sindicato, conseguiu fazer valer seus direitos. (Olívia Rangel).

## Operários da Philco lutam contra patrão e regime

"Trabalhe animado, trabalhe valorizado, trabalhe participando."

Ótimo o lema que a empresa escolheu para o grupo que ela criou. Porém, se aqui na Philco for implantado esse sistema, os operários devem ter em mente que isto será tão somente para o aumento da produção. Temos consciência que não estão pensando nos operários, apenas na sede de lucro.

O tal "grupo de trabalho" que estão implantando não vai resolver os seguintes problemas: creche para as nossas funcionárias (90% dos funcionários são mulheres); redução do preço do vale de refeição e melhoria da qualidade dos alimentos; cooperativa de alimentos; preços mais baixos; equiparação salarial para quem exerce a mesma função; melhoria no atendimento médico aos funcionários que é bastante precário, pois faltam médicos; acabar com as pressões dos chefes sobre os funcionários (há muitos casos de perseguição). Estas são apenas algumas dificuldades que enfrentamos, que precisam ser resolvidas com a união dos operários da Philco para fa-



zer valer os seus direitos.

Sabemos que nossa luta não é só contra o patrão da Philco (que é uma poderosa multinacional) mas também contra esse governo do Figueiredo que cada vez mais arrocha o salá-

rio de todos os trabalhadores do Brasil. Queremos o fim desse regime militar que está há vinte anos e por isso estamos unidos na luta pelas eleições diretas-já! (operários da Philco - São Paulo, SP)

## Creche na Assembléia é direito das funcionárias

A União de Mulheres de São Paulo, solidária com as mães funcionárias da Assembléia Legislativa, que têm filhos com menos de 7 anos e que, portanto, necessitam dos serviços da creche, vem a público denunciar as arbitrariedades que estão ocorrendo junto à creche.

Antes, porém, é necessário ressaltar que a criação de creches para crianças de 0 a 6 anos, junto a órgãos governamentais, empresas estatais e autarquias é determinada por emenda constitucional de 82, aprovada pelo Legislativo e ainda não regulamentada pelo Executivo. Baseado nessa emenda constitucional de 82, hoje já existem no Estado de São Paulo 52 creches denominadas de Centros de Convivência Infantil. Na Assembléia Legislativa funciona, há mais de 4 anos, uma creche para filhos de funcionárias. No entanto a partir de 22 de fevereiro de 84, por ato da Mesa, decidiu-se que as crianças que tiverem mais de 3 anos e 11 meses, têm 30 dias para deixarem a creche. Dessa forma, no dia 21 de março de 84, 21 crianças foram expulsas da creche. É a partir desta data, a cada mês que passa, mais crianças que chegam aos



3 anos e 11 meses são desligadas sumariamente da creche. Como a maioria das funcionárias não tem aonde deixar seus filhos, as crianças ficam com a mãe no trabalho, correndo sérios riscos de acidentes, como é o caso da mãe que trabalha na gráfica com seu filho de 4 anos ou daquelas crianças que ficam soltas pelo corredor da Assembléia, ameaçadas de cair pelo vão das escadas.

As mães apresentaram propostas para a Mesa, cujo presidente é o sr. Néfi Tales, de se

fazer convênios com escolas particulares para atender às crianças de 4 a 7 anos. No entanto o sr. Néfi Tales deu parecer negativo alegando falta de verba.

Mas a lei prevê o atendimento para crianças de 0 a 7 anos, lei esta que teve sua origem nesta casa e cuja regulamentação está sendo encaminhada para breve. Por creches no local de trabalho e moradia - (Mária Amélia de Almeida Teles - União de Mulheres de São Paulo)

## UMSP quer aprovação do Código Civil

Neste momento, quando foi aprovado pela Câmara Federal o projeto de reformulação do Código Civil, temos que comemorar com orgulho e entusiasmo esta grande vitória conquistada pelas forças democráticas e principalmente pelo movimento de mulheres, através das juristas Sílvia Pimentel e Flórida Verucci e das parlamentares peemedebistas Cristina Tavares e Laélia de Alcântara.

Desde sua fundação, em 6 de dezembro de 1981, a União de Mulheres de São Paulo apóia a luta pela reformulação do Código Civil, através da coleta de assinaturas, de debates e inclusive da elaboração de textos.

Com este novo Código Civil,

a mulher passa a ter condições de igualdade com o homem, no casamento. A direção das famílias passa a ser de igual responsabilidade para o homem e a mulher, enquanto no Código Civil vigente cabe apenas ao homem a chefia da sociedade conjugal, sendo que compete a ele desde escolher o domicílio até tomar decisões sozinho sobre todos os atos da vida em comum.

Com a reformulação do Código Civil, a mulher ao se casar não perde mais seus poucos direitos de cidadã, pois ficam consagrados os princípios de plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Isto representa uma impor-

ante conquista para as mulheres e é sem dúvida um ponto de apoio para que se conquiste de fato a igualdade no dia-a-dia da vida em família.

Lembramos ainda, no entanto, que é necessária a aprovação do Senado para que este Código passe a vigorar.

Por isso lançamos aqui um apelo para que pressionem o Senado para a imediata aprovação.

Companheiras e companheiros: enviem cartas, telegramas e outras mensagens para o Senado para que este confirme o mais rápido possível sua aprovação. (Mária Amélia de Almeida Teles - União de Mulheres de São Paulo)







# A rebelião dos bóias-frias

Um morto e 29 feridos, dos quais 14 à bala, foi o saldo da revolta dos bóias-frias de Guariba, interior de São Paulo, dia 15 de maio. O estopim da rebelião foram as mudanças nos trabalhos do corte de cana, reduzindo ainda mais os salários e as abusivas taxas cobradas pelo uso da água. O prefeito da cidade reconheceu que "foi a fome que fez isso".

Guariba, com 20 mil habitantes, fica a 365 quilômetros de São Paulo, próxima a Ribeirão Preto. As terras da região estão ocupadas por extensas plantações de cana, algodão e laranja. Ali os contrastes sociais — acentuados por 20 anos de regime militar — estão bem visíveis. De um lado são cerca de 60 mil bóias-frias vivendo em condições miseráveis e de outro algumas poucas famílias na opulência se apropriando dos lucros produzidos por estes trabalhadores famintos.

O deputado estadual Valdir Trigo (PMDB), nascido em Ribeirão Preto, explica que a região possui "a maior concentração de riqueza do Estado. Na época da safra, os bóias-frias se concentram aí e, sem nenhuma garantia, vivem na miséria em meio a uma riqueza fantástica. Nesse quadro social explosivo, a revolta passa a ser natural".

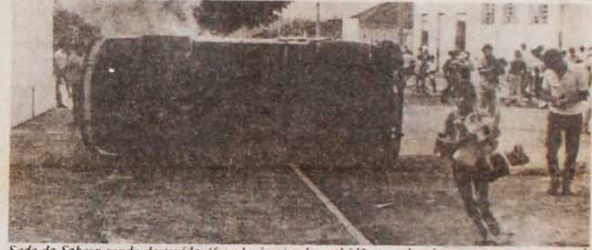
## ATAQUE À SABESP

E a explosão surgiu numa manhã de terça-feira, quando os primeiros caminhões que transportam bóias-frias para as usinas foram bloqueados por piquetes nos trevos da saída da cidade. A maioria dos 10 mil bóias-frias voltaram para o centro para realizar uma manifestação de protesto contra a mudança para os cortadores de cana, que passaram de cinco para sete ruas. Esta medida adota-



de água — e aproveitou para mostrar a sua indignação contra as absurdas taxas cobradas pelo uso da água. Segundo o prefeito, a maioria da população estava pagando de Cr\$ 20 a Cr\$ 30 mil pela taxa de água. Os manifestantes destruíram e queimaram o prédio da Sabesp. Além de derrubar as paredes e o telhado, incendiaram um caminhão e uma camioneta da empresa.

12 policiais não enfrentou a multidão mas, quando o reforço militar chegou das cidades vizinhas, passaram a jogar bombas de gás lacrimogêneo e atirar desordenadamente. Quatorze pessoas foram feridas à bala e um apenado que assistia à manifestação foi morto por um projétil que lhe varou a cabeça. Com esta morte, os ânimos se acirraram, houve choques com a polícia e, em seguida, saque ao supermercado Amorim e incêndio de uma kombi.



Sede da Sabesp sendo destruída (foto de cima) pela multidão que depois saqueou o supermercado

O destacamento local de

## USINEIROS RECUARAM

A revolta imediatamente repercutiu em todo o Estado. O próprio governador Montoro reconheceu o "Estado de fome" em que vivem aqueles trabalhadores e mostrou que isso é fruto da política econômica do regime militar. "A inflação a mais de 200% — disse Montoro — e a dívida externa recebendo o tratamento que lhes está dispensando o governo federal, estão levando a nação ao limite do suportável". No mesmo dia o secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, se reuniu com líderes sindicais e com os usineiros, quando estes últimos decidiram voltar com as cinco ruas para o corte da cana.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto enviou uma nota aos trabalhadores rurais se solidarizando e apoiando a sua luta.

Seu presidente, Antônio Guerreiro, antes de se tornar metalúrgico, trabalhou durante 11 anos numa das usinas da região e sabe como são duras as condições de trabalho de seus companheiros do campo. Guerreiro, que participou ativamente de uma greve na Usina São Martinho, no final da década de 50, diz que o que os bóias-frias estão ganhando hoje "não está dando nem para comer". E acrescenta que fatos como o ocorrido em Guariba podem repetir em outros locais.

E Guerreiro tem razão, pois no mesmo dia, em Bebedouro, cidade da região de Ribeirão Preto, os bóias-frias apanhadores de laranja entravam em greve por aumento salarial. Fizeram vários piquetes nas rodovias e apedrejaram alguns caminhões que tentaram furar o bloqueio.

## OPINIÃO

### Um despertar

A rebelião em Guariba, como as greves em Bebedouro e no sudoeste de Goiás, mostram o despertar dos bóias-frias para a luta de classe.

Durante longo anos, os sanguessugas que vivem da exploração de mão-de-obra volante na agricultura se fiaram na dispersão, na desorganização e no trabalho embrutecedor para manter dócil e passivo este contingente imenso de assalariados. Impuseram-lhe um regime que lembra a escravidão.

Ocorre que este quadro tinha de mudar, e está mudando. Os bóias-frias, que na maioria de-

pendem apenas ou fundamentalmente de seus salários de fome para sobreviver, foram engrossar o proletariado do campo. E estes irmãos de classe do operariado industrial têm um papel, de destaque, reservado na luta pela libertação social de nosso povo.

A exploração desmedida, sem lei nem escrúpulos, começa agora a colocar em movimento a força ainda entorpecida mas imensa, que derrama suor e sangue nos latifúndios. Os operários conscientes só podem saudar e incentivar este movimento que é irmão do seu.

## Greve dos bóias-frias em Goiás

No sudoeste de Goiás, a greve dos cortadores de cana — com reivindicações semelhantes às de Guariba — atinge quase quatro mil bóias-frias. A greve declarada no dia 13 de maio abrange trabalhadores dos municípios de Santa Helena, Acreúna, Rio Verde e Quirinópolis. Os grevistas reivindicam a volta das cinco linhas no corte da cana e melhores preços por metro corrido da cana cortada.

Durante um piquete realizado na manhã do dia 15, por cerca de 400 trabalhadores no trevo que dá acesso à Usina Santa Helena, a polícia interveio de maneira violenta, dando tiros para dispersar os bóias-frias. Por pouco não ocorreu uma tragédia no local. Mesmo assim, os trabalhadores não se intimidaram e às 14 horas realizaram uma assembleia com a presença de aproximadamente 800 pessoas na porta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Helena. "A greve continua", era a palavra de ordem gritada pelos bóias-frias,

mostrando que pretendem continuar com o movimento até que os patrões atendam suas reivindicações.

Divino Goulart, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetage), afirmou que "a greve está ocorrendo porque os patrões impuseram aos trabalhadores o corte de cana em 7 linhas, através da Associação dos Produtores de Alcool de Goiás. O corte das 7 linhas tem penalizado o bóia-fria, pois a dificuldade para realizar o trabalho é muito maior do que no corte das 5 linhas. Os trabalhadores não aceitam de forma alguma, por preço nenhum cortar cana pelo sistema das 7 linhas".

A revolta dos trabalhadores aumentou depois que a polícia interferiu no movimento pacífico e legítimo dos bóias-frias, alegando "assegurar a ordem". Para impedir um conflito maior entre grevistas e polícia, houve uma reunião entre a Fetage e o Secretário de Segurança Pública, no qual ficou acertado que a PM não seria usada para reprimir os trabalhadores. (da sucursal)

# Latifúndio vence batalha de Ivinhema



Vome e fuzis impediram a ocupação das terras, ociosas há 25 anos

Durou 16 dias a ocupação de 20 mil hectares de terras ociosas em Ivinhema, Mato Grosso do Sul, por cerca de mil famílias de bóias-frias e arrendatários expulsos de seus lotes. Segunda-feira, dia 14, mil policiais armados de fuzis e metralhadoras promoveram a expulsão. Saiu ganhando a companhia Someco, que se diz dona da terra e custeou toda a operação.

A ocupação ocorreu no dia 29 de abril, mobilizando em geral pais de família, cerca de 1.300, que deixaram mulheres e filhos em seus lugares de origem nos municípios da região. Organizados num movimento de lavradores sem terra e inspirados pela Comissão Pastoral da Terra, eles chegaram à gleba — abandonada há 25 anos — dispostos a cultivá-la para escapar da fome e da insegurança que tomam conta dos pobres do campo.

Enfrentaram, contudo, uma resistência feroz da poderosa Someco — Sociedade de Melhoramento e Colonização —, que alega ser a dona legal da gleba, embora não tenha chegado a prová-lo satisfatoriamente.

A Someco praticamente usou a Polícia Militar do Estado como sua guarda de jagunços. Segundo denúncia do deputado federal Sérgio Cruz, do PMDB sulmatogossense, a empresa pagou diárias de Cr\$ 9 mil

aos soldados e Cr\$ 25 mil ao coronel Joceli Paes de Carvalho, que comandou a ação contra os ocupantes. Forneceu também caminhões, víveres, sistema de comunicações e até aviões para a operação de cerco e aniquilamento contra o movimento dos sem-terra.

Também para ajudar a companhia, que mantém as terras ocupadas com fins especulativos, entrou na dança o general Danilo Venturini, ministro dos Assuntos Fundiários e secretário do Conselho de Segurança Nacional. Coube a ele pressionar o governador Wilson Martins, do PMDB, no sentido de favorecer o latifúndio. E realmente o governador, que desde o início mantivera uma posi-

ção pouco firme mas favorável a "negociações", após entrevistar-se com Venturini cedeu de vez à pressão do latifúndio e autorizou a expulsão violenta dos ocupantes.

Os lavradores foram submetidos a um cerco implacável, sem receber nem comida. Na véspera da expulsão já estavam "pálidos e com fome", segundo as palavras do próprio coronel Joceli. Constrangidos a uma resistência passiva, embora com forte apoio da opinião pública, inclusive de outros Estados, não encontraram formas de sustentar a ocupação. Quando a polícia finalmente deu-lhes ordem de expulsão, reagiram apenas com cânticos religiosos e orações.